



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
SUBCONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO DE GESTÃO PÚBLICA
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE SERVIÇOS COM MÃO DE OBRA EXCLUSIVA
PARECER n. 00052/2024/CGCOM/SCGP/CGU/AGU

NUP: 08084.004959/2023-48

INTERESSADOS: COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DOCUMENTAL E SERVIÇOS GERAIS

ASSUNTOS: CONTRATO DE GESTÃO

EMENTA: ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. Lei nº 14.133/2021

I. Não se verifica óbices legais, quanto a participação/contratação de empresa em recuperação judicial, em procedimentos licitatórios regidos pela Lei nº 14.133/2021, mesmo para as contratações de serviços continuados com disponibilização de mão de obra com dedicação exclusiva desde que atendidos os demais requisitos de habilitação previstos no edital.

II. Embora o tema não tenha sido objeto de consulta sugere-se que seja verificada a pertinência de ser reavaliada a análise da proposta de preços no tocante ao benefício da desoneração da folha de pagamento previsto na Lei nº 12.546/2011 c/c com a Lei nº 11.774/2008, considerando o disposto no §1º do art. 14 da Lei nº 11.774/2008, pois em análise sumária da declaração de contratos firmados, s.m.j., os mesmos não seriam predominantemente de call-centers. Ademais, em relação a manutenção de 95% da receita bruta em serviços de call center, dificilmente será mantida pois somente a presente contratação equivalerá a quase 100% (cem por cento) do valor dos contratos que a licitante mantém, e caso ela perca esse benefício, tal alteração não poderá ser objeto de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Senhor Coordenador-Geral,

I - RELATÓRIO

1. A Conjur MJSP, reencaminha o Ofício nº 140/2024/SAA/SE/MJ (seq. 6 do Supersapiens), no qual o Subsecretário de Administração do MJSP, atendendo demanda da Coordenação-Geral de Licitações e Contratos, solicita a Conjur MJSP que esclarecesse se o fato da empresa encontrar-se em processo de recuperação judicial, sem a aprovação judicial de seu plano de recuperação judicial, obstaria a sua contratação, considerando que na manifestação jurídica (Parecer nº 00434/2023/CGCOM/SCGP/CGU/AGU), no bojo do Processo NUP nº 08084.005021/2023-45, (Pregão Eletrônico nº 11/2023), foi contrária ao prosseguimento do feito. Esclarece ainda que o objeto é semelhante porém a diferença esta que no Pregão eletrônico nº 11/2023 foi realizado nos termos da Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 e o procedimento licitatório em questão é regido pela Lei nº 14.133/2021, nos seguintes termos:

(...)

1. Faço referência à Solicitação de Análise Jurídica (26848539), por meio da qual a Coordenação-Geral de Licitações e Contratos - CGL versa sobre a instrução processual visando à contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de apoio administrativo, para o cargo de Apoio Administrativo Nível II, mediante cessão de mão de obra com dedicação exclusiva, visando atender às necessidades do Ministério da Justiça e Segurança Pública em Brasília/DF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos (26154550).

2. Nos termos do item 2 da Solicitação de Análise Jurídica (26848539), o valor estimado para a contratação é de R\$ 4.642.751,40 (quatro milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, setecentos e cinquenta e um reais e quarenta centavos), para o período de 12 (doze) meses.
3. A unidade técnica discorreu acerca da instrução do feito, nos termos da Nota Técnica nº 5/2024/SEPAC/COSEG/CGDS/SAA/SE/MJ (26810669), informando que a empresa convocada pela ordem de classificação (26320900), BS TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA - CNPJ 03.655.231/0001-21, encontra-se em recuperação judicial, pendente a aprovação judicial do Plano (26800098). A área técnica destaca que a licitante atende aos demais critérios de qualificação econômico-financeira exigidas no edital (26800095).
4. Ressalte-se que o objeto do presente processo, que se refere ao PE nº 14/2023(26154550), regido pela Lei nº 14.133, de 21 de abril de 2021, assemelha-se àquele relavado ao processamento 08084.005021/2023-45, que trata do Pregão Eletrônico nº 11/2023 (25851802) regido pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Contudo, diferentemente do Edital de PE nº 14/2023, o Edital de PE nº 11/2023(25851802) previa, em seu item 10.10.1.1, que a certidão negava de recuperação judicial, poderia ser substituída pela certidão positiva, desde que o Plano de recuperação judicial fosse aprovado judicialmente. Em consulta formulada à Conjuração/MJSP acerca do Pregão Eletrônico nº 11/2023 (25851802), foi exarado o Parecer nº 00434/2023/CGCOM/SCGP/CGU/AGU (26475966), contrário ao prosseguimento do feito, nos seguintes termos:
39. Ante o exposto, em resposta à consulta formulada pelo Consultante, destacando que apresente resposta, restringe-se a este caso em concreto, quanto à viabilidade jurídica da participação em procedimento licitatório, para as contratações de serviços continuados com disponibilização de mão de obra com dedicação exclusiva, com fundamento na Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 105.520/2002, de empresa em recuperação judicial, sem a comprovação do acolhimento judicial do plano de recuperação judicial, mostra-se inviável pelas razões expostas acima.
5. Insta salientar, que a Lei nº 14.133, de 2021, em seu inciso II do art. 69, exige, para habilitação econômico-financeira, apenas a certidão negativa de fatos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante. O Anexo I do Edital do PE nº 14/2023 (26154550), elaborado conforme o modelo disponibilizado pela AGU, não traz em seus dispositivos nenhuma ressalva quanto à participação no certame de empresas em recuperação judicial, nem apresenta condições para a comprovação da regularidade fiscal das licitantes nessa situação.
6. Dessa forma, considerando a manifestação jurídica exarada no bojo do processo nº 08084.005021/2023-45, referente ao PE nº 11/2023, regido pela Lei nº 8.666, de 1993, que apontou a impossibilidade de aceitação da empresa BS TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA CNPJ 03.655.231/0001-21, tendo em vista a ausência de comprovação da aprovação judicial de seu Plano de Recuperação Judicial; considerando que a mesma empresa participa do PE nº 14/2023 (26154550), regido pela Lei nº 14.133, de 2021, atendendo a todos os requisitos de qualificação econômico-financeira dispostos no item 8.20 seguintes do Edital deste pregão; considerando que ambos os certames tratam de objeto similar que abrange mão de obra exclusiva, entende-se necessária manifestação dessa Consultoria Jurídica - Conjuração/MJSP, para esclarecer se o fato da empresa encontrar-se em processo de recuperação judicial, sem aprovação judicial de seu plano de recuperação, obsta sua contratação ou se caberia a exigência de outros requisitos para fins de aceitação de sua participação ou comprovação de sua qualificação econômico-financeira.
7. Pelo exposto, encaminho os autos a essa Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública - Conjuração/MJSP, com vistas à emissão de parecer.

2. Os autos estão sendo processados eletronicamente no Sistema SEI. O consultante enviou o link para acesso externo direto no referido Sistema https://sei.mj.gov.br/sei/processo_acesso_externo_consulta.php?id_acesso_externo=1632125&infra_hash=ebeedd32b300f268ac7cf28047d20d3b, sendo que todas as referências documentais que serão efetuadas utilizar-se-ão a numeração dos documentos constantes no SEI.

3. A consulta decorre da “Solicitação de Análise Jurídica” (26848539), por parte da Pregoeira, cujos principais excertos reproduz-se abaixo:

1. Trata-se do Pregão Eletrônico nº 14/2023, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de apoio administrativo, para o cargo de Apoio Administrativo Nível II, mediante cessão de mão de obra com dedicação exclusiva, visando atender as necessidades do Ministério da Justiça e Segurança Pública em Brasília/DF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos (SEI nº 26154550).

(...)

3. Aberta a sessão pública no dia e horário designados, qual seja, 1º/12/2023 às 10h (SEI nº 26162661) e concluída a etapa de lances, passou-se à convocação das empresas participantes, seguindo a ordem classificatória (SEI nº 26320900).

4. Após a desclassificação das primeiras colocadas, pelas razões e fundamentos apontados no parágrafo 5 do Despacho 20 (SEI nº 26800164), encontra-se, no momento, sob análise, a proposta da empresa BS TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL - CNPJ 03.655.231/0001-21 (SEI nº 26800095), décima colocada.

5. A Unidade Demandante, por meio da Nota Técnica 5 (SEI nº 26810669), pronunciou-se pela aceitabilidade da proposta comercial da licitante, bem como indicou o atendimento da qualificação econômico-financeira pela empresa (SEI nº 26800095). No que diz respeito às demais exigências de habilitação, os requisitos editalícios também foram atendidos, conforme demonstrado, a seguir:

(...)

6. Ocorre que, considerando que a empresa encontra-se em recuperação judicial, conforme aponta seu SICAF (SEI nº 26800094), perfaz-se necessário esclarecimentos quanto à análise da qualificação econômico-financeira.

7. O Anexo I do Edital do PE nº 14/2023 (SEI nº 26154550), elaborado sob a égide da Lei nº 14.133/21, exige, para fins de demonstração da qualificação econômico-financeira dos participantes, a apresentação da certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

Qualificação Econômico-Financeira

8.20. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.21. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8. Elaborado conforme o modelo de TR para contratação de mão de obra disponibilizado pela AGU - Lei nº 14.133/21, o Anexo I do Edital do PE nº 14/2023 não traz em seus dispositivos nenhuma ressalva quanto à participação no certame de empresas em recuperação judicial, bem como apresenta condições quanto à comprovação da regularidade fiscal das licitantes nessa situação. Do mesmo modo, evidencia-se que a Lei nº 14.133/21 estabelece que a habilitação econômico-financeira será restrita à apresentação da documentação disposta em seu art. 69.

Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

II - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

9. No caso em apreço, a BS TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL - CNPJ 03.655.231/0001-21 (SEI nº 26800095) encaminhou os documentos referentes à habilitação financeira, dentre os quais a Certidão de Falência, que aponta que a empresa está em recuperação judicial, bem como seu Plano de Recuperação judicial (SEI nº 26800098).

10. Dito isto, resta destacar, que no âmbito do Pregão Eletrônico nº 11/2023 (SEI nº 25851802), que se encontra em fase recursal e cujo objeto assemelha-se ao do presente certame licitatório, foi formulada Consulta Jurídica (SEI nº 26269419) solicitando manifestação quanto à viabilidade de aceitação da proposta da empresa BS TECNOLOGIA. Segundo o Edital do PE nº 11/2023, regido pela sistemática da Lei nº 8.666/93, empresas em recuperação judicial devem apresentar a comprovação do acolhimento judicial do seu Plano de Recuperação, o que não foi demonstrado pela empresa.

10.10 Qualificação Econômico-Financeira:

10.10.1 certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

10.10.1.1 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação

11. Ressalta-se que, diferentemente do PE nº 14/2023, que segue a sistemática da Lei nº 14.133/21, o PE nº 11/2023 encontra-se regido pela Lei nº 8.666/93. Desse forma, seu Edital seguiu o modelo padrão da AGU para contratações de serviços com dedicação de mão de obra exclusiva de acordo com a Lei nº 8.666/93, em que dispõe que a certidão negativa de recuperação judicial, poderá ser substituída pela certidão positiva desde que o Plano de recuperação judicial tenha sido aprovado judicialmente.

12. Em resposta à consulta formulada, a Consultoria Jurídica (CONJUR), por meio do Parecer n. 00434/2023/CGCOM/SCGP/CGU/AGU (SEI nº 26475966) manifestou-se quanto à impossibilidade de aceitação da participação da empresa por descumprimento ao Edital do PE nº 11/2023.

24. Conforme exposto acima, em regra geral, não se deve exigir a apresentação de certidão negativa de concordata e recuperação judicial ou extrajudicial como condição para participação em licitações; não se deve exigir a certidão negativa de recuperação quando houver outro meio menos gravoso para se resguardar a Administração de eventuais prejuízos decorrentes da inexecução do contrato; quando admitida a participação na licitação de empresa em concordata ou recuperação, a empresa deverá apresentar as demais certidões e documentos de habilitação exigidos no edital, nos termos do art. 52, II, da Lei nº 11.101/05. Todavia, estabeleceu que seria obrigatória a exigência de certidão negativa de recuperação nos contratos de prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, em razão da responsabilidade subsidiária da Administração pelos débitos trabalhistas devidos pela empresa contratada aos seus funcionários.

25. O Edital em questão adotou a disposição contida no modelo de minutas da AGU, nos seguintes termos:

10.10 Qualificação Econômico-Financeira:

10.10.1 certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

10.10.1.1 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

26. A exigência editalícia acima transcrita esta em conformidade com o modelo de minuta de edital da AGU para serviços continuados com dedicação exclusiva atualizado em fev. 2022., com o esclarecimento contido na Nota explicativa. Destaca-se que embora o Parecer nº 00002/2016/CPLC/CGU/AGU aprovado pelo Despacho uniformizador do CGU, tenha se manifestado pela exigência da certidão negativa de recuperação judicial/extrajudicial, para esta situação o modelo da AGU, acabou sugerindo que fosse adotada a solução proposta pelo Parecer nº 04/2015/CPLC/DEPCONS/PFG/AGU, qual seja, que a exigência da certidão negativa de recuperação judicial, poderá ser substituída pela certidão positiva desde que o Plano de recuperação judicial tenha sido aprovado judicialmente.

(...)

32. A exigência da aprovação do Plano de Recuperação judicial, resta adequadamente fundamentada no Parecer nº 04/2015/CPLC/DEPCONS/PFG/AGU, conforme excertos

reproduzidos abaixo:

(...)

33. No caso de contratação de serviços continuados com disponibilização de mão de obra com dedicação exclusiva, o objetivo é atender a uma necessidade no desempenho das atribuições da Administração, e a interrupção desses serviços podem afetar a continuidade de atividades essenciais e por consequência a violação do princípio administrativo da continuidade, portanto justifica-se a exigência da certidão negativa de recuperação judicial ou a positiva desde que o plano de recuperação judicial tenha sido acolhido pelo juízo, é um dos elementos que servem para comprovar a viabilidade econômico-financeira da licitante, pois não se correrá a princípio o risco de contratar, no caso de não aprovação do Plano de Recuperação judicial, com uma empresa em processo falimentar (art. 58 da Lei 11.101/2005), o que poderia dar azo, eventualmente a uma contratação de remanescente ou emergencial.

34. Ainda em relação a contratação de serviços continuados com disponibilização de mão de obra com dedicação exclusiva, e a exigência da certidão negativa de recuperação judicial ou a positiva desde que o plano de recuperação judicial tenha sido acolhido pelo juízo, tal exigência se justifica, em razão de que a Administração deve contratar empresas que demonstrem possuírem capacidade econômica, bem como da possibilidade da responsabilidade subsidiária trabalhista. Neste sentido cabe destacar excerto do Parecer nº 00002/2016/CPLC/CGU/AGU, que trata da possibilidade de responsabilidade subsidiária da Administração pelas verbas trabalhistas;

(...)

39. Ante o exposto, em resposta à consulta formulada pelo Consulente, destacando que a presente resposta, restringe-se a este caso in concreto, quanto à viabilidade jurídica da participação em procedimento licitatório, para as contratações de serviços continuados com disponibilização de mão de obra com dedicação exclusiva, com fundamento na lei nº 8.666/1993 e Lei nº 105.520/2002, de empresa em recuperação judicial, sem a comprovação do acolhimento judicial do plano de recuperação judicial, mostra-se inviável pelas razões expostas acima.

Da ausência de impugnação do edital

35. A BS Tecnologia nos seus esclarecimentos à diligência nº 4, informou as datas do processo de recuperação judicial: 15/12/2022 – Deferimento da recuperação judicial; 23/03/2023 – Apresentação do plano de recuperação judicial; 18/09/2023 – Apresentação do 1º aditivo Plano de Recuperação Judicial; 17/10/2023 – 1ª convocação da Assembleia Geral de Credores (sem quórum); 26/10/2023 – 2ª convocação da Assembleia Geral de Credores (adiada); 27/02/2024 – Realização da Assembleia Geral de Credores.

36. Deve ser destacado que o aviso do Pregão Eletrônico nº 11/2023 foi publicado em 17/10/2023, no qual informava que a abertura da sessão ocorreria em 27/10/2023. Em 17/10/2023, quando ocorreu a 1ª convocação da Assembleia Geral e ela não ocorreu por falta de quórum, e convocada a segunda assembleia para o dia 26/10/2023, a BS Tecnologia já era sabedora que não tinha condições de cumprir com a condição estabelecida no edital, pois mesmo que a Assembleia ocorresse em 26/10/2023, não havia a garantia que o juízo iria conceder automaticamente a recuperação judicial. Portanto, deveria ter impugnado o edital, apresentando as razões que apresentou nos esclarecimentos à diligência nº4.

37. Com a impugnação ao edital, e em sendo acolhido as razões da impugnança pela Administração, pois o gestor pode fundamentar a sua discordância do entendimento da AGU, teria como consequência a alteração do edital, possibilitando a participação de empresas em recuperação judicial sem terem seu plano de recuperação acolhido pelo juízo, e neste caso poderia propiciar a participação de outras empresas que podem encontrar-se na mesma situação, qual seja empresas em recuperação judicial que ainda não tiveram o seu plano de recuperação devidamente aprovado e desta feita não haveria violação ao princípio da vinculação ao edital, igualdade, da isonomia e do julgamento objetivo. Porém como tal providência não foi tomada, acatar a possibilidade da participação da BS Tecnologia violaria os princípios licitatórios.

38. E por fim, mostra-se pertinente reproduzir uma decisão monocrática do TRF da 1ª Região que tem por objeto uma situação semelhante ao apresentado pela BS Tecnologia no Pregão em questão:

(..)

39. Ante o exposto, em resposta à consulta formulada pelo Consulente, destacando que a presente resposta, restringe-se a este caso in concreto, quanto à viabilidade jurídica da participação em procedimento licitatório, para as contratações de serviços continuados com disponibilização de

mão de obra com dedicação exclusiva, com fundamento na lei nº 8.666/1993 e Lei nº 105.520/2002, de empresa em recuperação judicial, sem a comprovação do acolhimento judicial do plano de recuperação judicial, mostra-se inviável pelas razões expostas acima."

13. Assim, considerando a manifestação jurídica exarada no bojo do PE nº 11/2023 (Lei nº 8.666/93), que apontou a impossibilidade de aceitação da empresa BS TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA CNPJ 03.655.231/0001-21, tendo em vista a ausência de comprovação da aprovação judicial de seu Plano de Recuperação Judicial; considerando que a empresa participa do PE nº 14/2023 (Lei nº 14.133/21), atendendo a todos os requisitos de qualificação econômico-financeira dispostos no item 8.20 e seguintes do Edital deste pregão; considerando que ambos os certames tratam de objeto similar que abrange mão de obra exclusiva; sugere-se submeter o presente processo à Consultoria Jurídica - CONJUR para que seja esclarecida se o fato da empresa encontrar-se em processo de recuperação obsta sua contratação cabendo a exigência de outros requisitos para fins de aceitação de sua participação ou de comprovação de sua qualificação econômico-financeira.

4. É em síntese o relatório.

II - DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

a) Da Finalidade e Abrangência do Parecer Jurídico

5. A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados. Ela envolve, também, o exame prévio e conclusivo dos textos de contratos ou instrumentos congêneres a serem celebrados e publicados, bem como dos seus respectivos termos aditivos.

6. A função deste órgão jurídico função é justamente apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar providências, para salvaguardar a autoridade assessorada, à quem compete avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada.

7. Saliente-se que o exame dos autos processuais restringe-se aos seus aspectos jurídicos, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica. Em relação a estes, partiremos da premissa de que a autoridade competente municiou-se dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos. De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público.

8. De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra, não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências. Em face disso, o ideal, para a melhor e completa instrução processual, é que sejam juntadas as publicações dos atos de nomeação/designação, ou as citações destes, da autoridade e demais agentes administrativos, bem como dos atos normativos que estabelecem as respectivas competências, a fim de que, em caso de futura auditoria, possa ser facilmente comprovado que quem praticou determinado ato tinha competência para tanto. Todavia, a ausência de tais documentos, por si, não representa, a nosso ver, óbice ao prosseguimento do feito.

9. Por fim, impende registrar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações, as quais assumirão a qualidade de sugestão. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O prosseguimento do feito sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

b) Da participação das empresas em recuperação judicial nos procedimentos licitatórios e sua contratação

10. Em regra geral, independentemente da lei que regulará o procedimento licitatório e a respectiva contratação, não há vedação de participação das empresas em recuperação judicial. Todavia, a depender do objeto da contratação e se a lei rege o procedimento licitatório for a Lei nº 8.666/1993 e a Lei nº 10.502/2002, a AGU orienta que seja exigida a certidão negativa de recuperação judicial ou no caso de certidão positiva seria possível a sua participação/contratação desde que o plano de recuperação judicial tenha sido homologado pelo juízo.

11. Quanto a exceção a regra geral, qual seja, a impossibilidade de participação de empresa em recuperação judicial sem que seu plano de recuperação judicial tenha sido acolhido pelo juízo, foi objeto de apreciação no Parecer n. 00434/2023/CGCOM/SCGP/CGU/AGU (SEI nº 26475966), NUP **08084.005021/2023-45**, no qual o procedimento licitatório seguiu a sistemática da Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/2002, destacando-se os seguintes excertos:

Da participação das empresas em recuperação judicial nos procedimentos licitatórios e sua contratação.

21. A questão da possibilidade da participação das empresas em recuperação judicial ou extrajudicial foi objeto de uniformização tanto por parte da Consultoria-Geral da União, bem como no âmbito da Procuradoria-Geral Federal, em razão do disposto no art. 31, inciso II, da Lei nº 8666/93, que estabelece a necessidade da juntada aos autos, para a comprovação da qualificação econômica financeira da contratada, da certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, porque havia entendimentos tanto por parte do STJ, quanto do TCU que inicialmente entenderam que a recuperação judicial/extrajudicial se equivaleria a Concordata, portanto seria possível a exigência da certidão negativa de recuperação judicial/extrajudicial por uma interpretação extensiva, sendo esse entendimento superado, tanto por parte do STJ, quanto pelo TCU.

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

(...)

II - certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

22. No âmbito dos órgãos consultivos da AGU, a Procuradoria-Geral Federal, uniformizou o seu entendimento por meio do **PARECER Nº 04/2015/CPLC/DEPCONS/PGF/AGU**, emitido nos autos do PROCESSO Nº: 00407.000226/2015-22 (seq. 13), aprovado pelo Procurador-Geral Federal em 26/06/2015, cuja ementa se transcreve:

Ementa: Recuperação judicial. Participação em licitações. Capacidade econômico-financeira. Peculiaridade do contrato administrativo que exige que o contratado tenha capacidade de suportar os ônus da contratação. Excepcionalidade do pagamento antecipado. Função social da empresa e sua preservação. Distinção entre a fase postulatória e deliberativa do processo de recuperação. Diferença entre o art. 52 e o art. 58 da lei de recuperação e falências. Necessidade de acolhimento do plano pelo juízo para atestar a viabilidade da empresa em recuperação. **Da possibilidade de participação de empresa em recuperação extrajudicial em licitações. Necessidade de homologação do plano de recuperação.**

I. A regra é que o fornecedor de bens e o prestador de serviços somente receba o pagamento da Administração após procedimento de execução de despesa orçamentária, que demanda tempo, e faz com que o particular tenha que suportar com recursos próprios o peso do contrato até que seja ultimado o pagamento, o que demonstra a importância da fase de habilitação econômico-financeira nas licitações públicas.

II. O instituto da recuperação é voltado para empresas que possuam viabilidade econômico-financeira, em prestígio ao princípio da função social da empresa.

III. Não cabe confundir duas situações processuais distintas na Lei de Recuperação de Empresas, já que quando a empresa devedora solicita a recuperação judicial e o juiz defere o seu processamento (art. 52, NLRJ), a requerente confessa seu estado de insolvência sem comprovar a sua viabilidade econômico-financeira, que somente se dará com a aprovação ou ausência de objeção ao plano de recuperação, quando o juiz concederá a recuperação em si (art. 58, NLRJ).

IV. Apenas na fase do art. 58 da Lei 11.101, de 2005, é que existe a recuperação judicial em sentido material, quando os atos tendentes a superar a situação de crise serão efetivamente praticados.

V. Quando a empresa está com sua recuperação deferida, há plausibilidade de que haja viabilidade econômico-financeira, em particular se houver previsão no plano da participação da empresa em contratações públicas.

VI. Se a empresa postulante à recuperação não obteve o acolhimento judicial do seu plano, não há demonstração da sua viabilidade econômica, não devendo ser habilitada no certame licitatório.

VII. A exigência de certidão negativa de recuperação judicial é ainda válida como forma do pregoeiro ou da comissão de licitação avaliar a capacidade econômico-financeira, mas não em substituição à certidão negativa de concordata, e sim como um indicativo da situação em que se encontra a licitante.

VIII. A empresa em recuperação judicial com plano de recuperação acolhido deve demonstrar os demais requisitos para a habilitação econômico-financeira.

IX. Na recuperação extrajudicial, uma vez homologado o plano, haverá plausibilidade de que a empresa possua viabilidade econômica, sendo condição de eficácia do plano que haja o acolhimento judicial do mesmo. (Grifamos)

23. No âmbito dos órgãos consultivos da AGU, o tema foi tema de uniformização quando o Consultor-Geral da União, por meio do **DESPACHO n. 00269/2017/GAB/CGU/AGU, de 03/05/2017 (seq. 63)** manifestou a sua concordância com o teor do Despacho 106/2017/GAB/CGU/AGU, do Consultor-Geral da União Substituto, (seq. 59) (NUP nº 00688.000183/2015-76) aprovou o Parecer nº 2/2016/CPLC/CGU/AGU, sobre a questão neste processo discutida, bem como os despachos que o confirmaram, nos seguintes termos (Despacho nº 25/2017/DECOR/CGU/AGU):

PARECER n. 00002/2016/CPLC/CGU/AGU

(...)

38. Em conclusão:

a) O art. 31, II, da Lei nº 8.666/93 refere-se, indistintamente, à exigência de certidão negativa de concordata e recuperação judicial ou extrajudicial;

b) Em regra, não se deve exigir a apresentação de certidão negativa de concordata e recuperação judicial ou extrajudicial

como condição para participação em licitações;

c) A certidão prevista no art. 31, II, da Lei nº 8.666/93 somente deve ser exigida quando a Administração comprovar que a execução das obrigações previstas no contrato exigem que a empresa possua sólida situação financeira e que o inadimplemento das obrigações contratuais importará em severos prejuízos à Administração;

d) Não se deve exigir a certidão negativa de recuperação quando houver outro meio menos gravoso para se resguardar a Administração de eventuais prejuízos decorrentes da inexecução do contrato;

e) Quando admitida a participação na licitação de empresa em concordata ou recuperação, a empresa deverá apresentar as demais certidões e documentos de habilitação exigidos no edital, nos termos do art. 52, II, da Lei nº 11.101/05;

f) É obrigatória a exigência de certidão negativa de recuperação nos contratos de prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, em razão da responsabilidade subsidiária da Administração pelos débitos trabalhistas devidos pela empresa contratada aos seus funcionários.

39. O entendimento manifestado neste parecer não impõe a alteração das minutas de edital elaboradas pela Advocacia-Geral da União, sendo necessário apenas seja acrescentada a seguinte nota explicativa:

Em razão da recuperação judicial ser concedida com a finalidade de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, conforme previsto no art. 47 da Lei nº 11.101, de 2005, somente deve ser exigida certidão negativa de concordata e recuperação judicial quando a Administração comprovar que a execução das obrigações previstas no contrato exigem que a empresa possua sólida situação financeira e que o inadimplemento das obrigações contratuais importará em severos prejuízos à Administração.

DESPACHO n. 00025/2017/DECOR/CGU/AGU

1. Aprovo em todos os seus termos, e por seus próprios fundamentos, o inteiro teor do judicioso Parecer nº 2/2016/CPLC/CGU/AGU (seq. 46), aprovado pela Comissão Permanente de Licitações e Contratos Administrativos, conforme Despacho n. 17/2016/CPLC/CGU/AGU (seq. 55).

2. De fato, na esteira do art. 47 da Lei nº 11.101, de 2005, a recuperação judicial se volta para "viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o

estímulo à atividade econômica". Nestes termos, interpretação, a *contrario sensu*, do Art. 52, inciso II, da Lei nº 11.101, de 2005, revela que, em tese, desde que preenchidos os demais requisitos de habilitação, inclusive a qualificação econômico-financeira, não há empecilho jurídico para que empresas em recuperação judicial ou extrajudicial participem de certames e contratem com a Administração Pública, notadamente nas hipóteses delimitadas pelo Art. 32, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993 (fornecimento de bens para pronta entrega).

3. A certidão negativa de recuperação deve ser exigida nas hipóteses em que o eventual inadimplemento das obrigações contratuais enseje severos prejuízos à Administração e nos casos em que a execução do contrato demande que a empresa tenha consistente condição econômico-financeira, ao contrário, não deve ser exigida referenciada certidão negativa se houver outra maneira menos gravosa para se garantir o contratante contra prejuízos porventura decorrentes da inexecução do contrato administrativo.

Como bem lançado no Parecer ora aprovado, nos contratos com dedicação exclusiva de mão de obra deve necessariamente ser exigida a certidão negativa de recuperação, nos termos do que foi consignado pela Comissão Permanente de Licitações e Contratos Administrativos no item 2 do Termo de Reunião nº 8/2016/CPLCA/CGU/AGU (seq. 57).

Sugere-se que seja conferida ciência do Parecer ora aprovado a todos os órgãos de execução que compõem esta Consultoria-Geral da União.

24. Conforme exposto acima, em regra geral, não se deve exigir a apresentação de certidão negativa de concordata e recuperação judicial ou extrajudicial como condição para participação em licitações; não se deve exigir a certidão negativa de recuperação quando houver outro meio menos gravoso para se resguardar a Administração de eventuais prejuízos decorrentes da inexecução do contrato; quando admitida a participação na licitação de empresa em concordata ou recuperação, a empresa deverá apresentar as demais certidões e documentos de habilitação exigidos no edital, nos termos do art. 52, II, da Lei nº 11.101/05. Todavia, **estabeleceu que seria obrigatória a exigência de certidão negativa de recuperação nos contratos de prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, em razão da responsabilidade subsidiária da Administração pelos débitos trabalhistas devidos pela empresa contratada aos seus funcionários.**

25. O Edital em questão adotou a disposição contida no modelo de minutas da AGU, nos seguintes termos:

10.10 Qualificação Econômico-Financeira:

10.10.1 certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

10.10.1.1 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

26. A exigência editalícia acima transcrita esta em conformidade com o modelo de minuta de edital da AGU para serviços continuados com dedicação exclusiva atualizado em fev. 2022., com o esclarecimento contido na Nota explicativa. Destaca-se que embora o Parecer nº 00002/2016/CPLC/CGU/AGU aprovado pelo Despacho uniformizador do CGU, tenha se manifestado pela exigência da certidão negativa de recuperação judicial/extrajudicial, para esta situação o modelo da AGU, acabou sugerindo que fosse adotada a solução proposta pelo **Parecer nº 04/2015/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU**, qual seja, que a exigência da certidão negativa de recuperação judicial, poderá ser substituída pela certidão positiva desde que o Plano de recuperação judicial tenha sido aprovado judicialmente.

(...)

32. A exigência da aprovação do Plano de Recuperação judicial, resta adequadamente fundamentada no Parecer nº **04/2015/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU**, conforme excertos reproduzidos abaixo:

(...)

34. No caso de contratação de serviços continuados com disponibilização de mão de obra com dedicação exclusiva, o objetivo é atender a uma necessidade no desempenho das atribuições da Administração, e a interrupção desses serviços podem afetar a continuidade de atividades essenciais e por consequência a violação do princípio administrativo da continuidade, portanto justifica-se a exigência da certidão negativa de recuperação judicial ou a positiva desde que o plano de recuperação judicial tenha sido acolhido pelo juízo, é um dos elementos que servem para comprovar a viabilidade econômico-financeira da licitante, pois não se correrá a princípio o risco de contratar, no caso de não aprovação do Plano de Recuperação judicial, com uma empresa em processo falimentar (art. 58 da Lei 11.101/2005), o que poderia dar azo, eventualmente a uma contratação de remanescente ou emergencial.

35. Ainda em relação a contratação de serviços continuados com disponibilização de mão de obra com dedicação exclusiva, e a exigência da certidão negativa de recuperação judicial ou a positiva desde que o plano de recuperação judicial tenha sido acolhido pelo juízo, é importante destacar excerto do Parecer nº 00002/2016/CPLC/CGU/AGU, que trata da possibilidade de responsabilidade subsidiária da Administração pelas verbas trabalhistas;

33. Nestes contratos, em razão da responsabilidade subsidiária da Administração pelas verbas trabalhistas devidas pela empresa contratada aos seus empregados (Enunciado TST nº 331), há enorme risco de graves prejuízos à Administração em razão do inadimplemento da empresa contratada, por isso, recomenda-se maior rigor na análise da saúde financeira da empresa. Portanto, de acordo com o Tribunal de Contas da União, é sempre vedada a contratação de empresa em concordata ou recuperação para execução de serviços continuados com dedicação de mão de obra.

Da ausência de impugnação do edital

36. A BS Tecnologia nos seus esclarecimentos à diligência nº 4, informou as datas do processo de recuperação judicial:

15/12/2022 – Deferimento da recuperação judicial;

23/03/2023 – Apresentação do plano de recuperação judicial;

18/09/2023 – Apresentação do 1º aditivo Plano de Recuperação Judicial;

17/10/2023 – 1ª convocação da Assembleia Geral de Credores (sem quórum);

26/10/2023 – 2ª convocação da Assembleia Geral de Credores (adiada);

27/02/2024 – Realização da Assembleia Geral de Credores.

37. Deve ser destacado que o aviso do Pregão Eletrônico nº 11/2023 foi publicado em 17/10/2023, no qual informava que a abertura da sessão ocorreria em 27/10/2023. Em 17/10/2023, quando ocorreu a 1ª convocação da Assembleia Geral e ela não ocorreu por falta de quórum, e convocada a segunda assembleia para o dia 26/10/2023, a BS Tecnologia já era sabedora que não tinha condições de cumprir com a condição estabelecida no edital, pois mesmo que a Assembleia ocorresse em 26/10/2023, não havia a garantia que o juízo iria conceder automaticamente a recuperação judicial. Portanto, deveria ter impugnado o edital, apresentando as razões que apresentou nos esclarecimentos à diligência nº4.

38. A impugnação ao edital, poderia ter como consequência a alteração e neste caso poderia propiciar a participação de outras empresas que podem encontrar-se na mesma situação, qual seja empresas em recuperação judicial que ainda não tiveram o seu plano de recuperação devidamente aprovado e desta feita não haveria violação ao princípio da vinculação ao edital, igualdade, da isonomia e do julgamento objetivo.

(...)

CONCLUSÃO

40. Ante o exposto, em resposta à consulta formulada pelo Consultante, quanto à viabilidade jurídica da participação em procedimento licitatório de empresa em recuperação judicial, sem a comprovação do acolhimento judicial do plano, para as contratações de serviços continuados com disponibilização de mão de obra com dedicação exclusiva, mostra-se impossível pelas razões expostas acima.

12. No presente caso, o procedimento licitatório é regido pela Lei nº 14.133/2021, que diferentemente da Lei nº 8.666/1993 (art. 31, II), não exige, para fins de habilitação econômico-financeira, a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial (equivalente à concordata, segundo interpretação da AGU), mas tão somente de falência:

Art. 69. **A habilitação econômico-financeira** visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e **será restrita à apresentação da seguinte documentação:**

I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

II - **certidão negativa de feitos sobre falência** expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

§ 1º A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.

§ 2º Para o atendimento do disposto no **caput** deste artigo, é vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior e de índices de rentabilidade ou lucratividade.

§ 3º É admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.

§ 4º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

§ 5º É vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a avaliação de situação econômico-financeira suficiente para o cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

§ 6º Os documentos referidos no inciso I do **caput** deste artigo limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

13. Em razão das previsões contidas na Lei nº 10.133/2021, o modelo de Termo de Referência da AGU para a contratação de serviços continuados com disponibilização de mão-de-obra com dedicação de mão de obra exclusiva, que foi adotado pela consultante - Anexo I do Edital do PE nº 14/2023 (SEI nº 26154550), traz a seguinte disposição:

Qualificação Econômico-Financeira

8.20. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.21. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

14. Ou seja, nos procedimentos licitatórios regidos pela Lei nº 14.133/2021, não deverá ser exigida a apresentação da certidão de recuperação judicial para fins de qualificação econômico-financeira das licitantes, devendo se restringir apenas a certidão negativa de falência ou de insolvência civil, a depender do caso.

15. Neste mesmo sentido, manifesta-se RONNY CHARLES LOPES DE TORRES (Leis de Licitações públicas comentadas. 14 ed. São Paulo: Editora Juspodivm, 2023. p. 407):

A Lei nº 14.133/2021 estabeleceu os requisitos para a avaliação da qualificação econômico-financeira dos licitantes, impondo caráter limitativo ao rol apresentada. Disso derivam duas assertivas: em primeiro, resta proibida a apresentação de requisitos não previstos pela legislação. Em segundo, esse rol é apresentado como limite restritivo máximo, de forma que, no caso concreto, o certame pode exigir ou até tornar necessária a apresentação reduzida de tais requisitos. Tudo isso porque, conforme norte dado pela Constituição, notadamente, no inciso XXI do caput de seu artigo 37, as exigências de qualificação técnica e econômica devem ser apenas aquelas indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, o objetivo da habilitação econômico-financeira é demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, e deve ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

- balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;
- certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.

16. Marçal Justen Filho, 2021, em sua obra Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativa: Lei 140133/2021- São Paulo: Thompson Reuters Brasil, 2021. p. 896, também reitera o entendimento pela possibilidade de participação das empresas em recuperação judicial, apesar de sua contrariedade com esse permissivo legal, nos seguintes termos:

A Lei 14.133/021 optou por admitir a participação de empresas em recuperação judicial em licitações. A solução reflete opções políticas, mas que são logicamente indefensáveis.

17. E por fim essa DICOMEX já se manifestou no mesmo sentido, vide **PARECER n. 00284/2023/CGCOM/SCGP/CGU/AGU (NUP: 59000.020227/2022-38), aprovado pelos Despachos n. 00443/2023/CGCOM/SCGP/CGU/AGU e n. 00371/2023/DICOMEX/SCGP/CGU/AGU (seq. 8 a 10, supersapiens):**

III. CONCLUSÃO

39. Ante o exposto, tudo nos termos da fundamentação, **OPINO:**

I. Uma vez que a licitação segue a sistemática da Lei nº 14.133/2021, não se pode exigir da empresa, para fins de habilitação econômico-financeira, a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, mesmo que se trate de ajuste cujo objeto abrange mão de obra exclusiva.

II. A proposição da empresa de inclusão de cláusula contratual (4569348) encerra tratamento anti-isonômico em favor da empresa e prevê elemento estranho ao que consta do instrumento convocatório, ofendendo princípios reitores da Lei nº 14.133/2019, tais como da impessoalidade, da igualdade e da vinculação ao edital (art. 5º), pelo que se recomenda seu não deferimento.

III. Mantida a situação atual de irregularidade fiscal, trabalhista e social, não é juridicamente viável a contratação da BS TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA, empresa vencedora do PE 08/2023.

IV. Que o órgão consulente: **(1)** diligencie a BS TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA. no intuito de que ela apresente cópia de decisão judicial, quer do juízo recuperacional (1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais) ou de instância superior, que determine a dispensa da apresentação de certidões negativas, com amparo no art. 52, II, da Lei nº 11.101/2005; **(2)** diligencie a BS TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA. a fim de que apresente certidões que atestem sua regularidade junto à Seguridade Social; e **(3)** caso a documentação solicitada não seja apresentada no prazo assinalado, que a empresa seja inabilitada, em virtude da não comprovação de sua habilitação fiscal, social e trabalhista.

18. Embora o tema não tenha sido objeto de consulta sugere-se que verificada a pertinência de ser reavaliada a análise da proposta de preços no tocante ao benefício da desoneração da folha de pagamento previsto na Lei nº 12.546/2011 c/c com a Lei nº 11.774/2008, considerando o disposto no §1º do art. 14 da Lei nº 11.774/2008, pois em análise sumária da declaração de contratos firmados, s.m.j., os mesmos não seriam predominantemente de call-centers. Ademais, em relação a manutenção de 95% da receita bruta em serviços de call center, dificilmente será mantida pois somente a presente contratação equivalerá a quase 100% (cem por cento) do valor dos contratos que a licitante mantém, e caso ela perca esse benefício, tal alteração não poderá ser objeto de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Art. 14. As alíquotas de que tratam os [incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991](#), em relação às empresas que prestam serviços de tecnologia da informação - TI e de tecnologia da informação e comunicação - TIC, ficam reduzidas pela subtração de 1/10 (um décimo) do percentual correspondente à razão entre a receita bruta de venda de serviços para o mercado externo e a receita bruta total de vendas de bens e serviços, após a exclusão dos impostos e contribuições incidentes sobre a venda, observado o disposto neste artigo.

§ 1º Para fins do disposto neste artigo, devem-se **considerar as receitas auferidas nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores a cada trimestre-calendário.**

III. CONCLUSÃO

19. Ante o exposto, em resposta à consulta formulada pelo Consulente, não se verifica óbices para a participação/contratação de empresa em recuperação judicial, em procedimentos licitatórios regidos pela Lei nº 14.133/2021, mesmo para as contratações de serviços continuados com disponibilização de mão de obra com dedicação exclusiva legais, desde que atendidos os demais requisitos de habilitação previstos no edital.

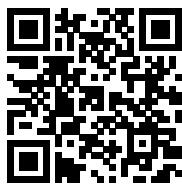
20. E por fim, sugere-se que seja avaliada a pertinência do pontuado no item 18 da presente manifestação.

À consideração superior.

Brasília, 08 de fevereiro de 2024.

JULIO CÉSAR OBA
ADVOGADO DA UNIÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 08084004959202348 e da chave de acesso 47a12da6



Documento assinado eletronicamente por JULIO CÉSAR OBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1402939042 e chave de acesso 47a12da6 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CÉSAR OBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 09-02-2024 18:31. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.